

DIÁLOGOS DE MANAUS: A PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS SOBRE A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

MANAUS DIALOGUES: INDIGENOUS LEADERS' PERCEPTIONS OF THE BRAZILIAN ARMY'S ACTIVITIES IN THE WESTERN AMAZON



<https://doi.org/10.22228/rtf.v19i1.1495>

Marcus Vinícius Gonçalves Da Silva

Exército Brasileiro

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2145-0871>

E-mail: marvin.gsilva@gmail.com

Resumo: Este estudo busca compreender a percepção das lideranças indígenas sobre a atuação do Exército Brasileiro (EB) na Amazônia Ocidental (AMOC), os desafios enfrentados em suas comunidades e perspectivas futuras. Para alcançar esse objetivo, utiliza-se uma metodologia qualitativa, baseada na análise dos relatórios produzidos no evento intitulado II Diálogo de Manaus, organizado pelo Comando Militar da Amazônia (CMA), nos municípios de Boa Vista e Porto Velho, capitais dos estados de Roraima e Rondônia, respectivamente. Os resultados demonstram que os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas, decorrentes da precariedade de infraestrutura, ausência de serviços essenciais e das incessantes ameaças territoriais, constituem em barreiras estruturais que demandam o apoio incondicional do EB.

Palavras-chaves: Indígenas; Exército Brasileiro; Amazônia; Segurança; Defesa.

Abstract: This study seeks to understand the perception of indigenous leaders regarding the Brazilian Arm (BA) actions in the Western Amazon, the challenges faced in their communities, and future prospects. To achieve this objective, a qualitative methodology is used, based on the analysis of reports produced at the event entitled II Manaus Dialogue, organized by the Amazon Military Command (AMC) in the municipalities of Boa Vista and Porto Velho, capitals of the states of Roraima and Rondônia, respectively. The results indicate that the problems faced by indigenous communities, resulting from poor infrastructure, lack of essential services, and incessant territorial threats, constitute structural barriers that require the unconditional support of the Brazilian Army.

Keywords: Indigenous peoples; Brazilian Army; Amazon; Security; Defense.

Introdução

A diversidade cultural da Amazônia foi ampliada a partir dos primeiros contatos entre povos indígenas, europeus e africanos, resultando em um processo contínuo de intercâmbio e transformação cultural. Assim, a trajetória histórica apresenta inúmeros

episódios em que os povos indígenas foram mobilizados em empreendimentos de caráter militar, como na edificação de fortes e na célebre expedição conduzida pelo Capitão-Mor Pedro Teixeira.

Entre 1637 e 1639, partindo de Cametá, atual estado do Pará, a comitiva alcançou Quito, no Equador, reunindo mais de dois mil participantes — em sua maioria indígenas — que atuaram como flecheiros, remadores, pescadores, intérpretes e em diversas outras funções¹. Assim a Amazônia legalmente conquistada foi

[...] inserida no contexto brasileiro em 1616. Desbravada a partir de 1637 quando povoada em pontos estratégicos por militares e missões religiosas. [...] **A Amazônia mantida por um cinturão de Fortes** [...] amarrando-lhe as fronteiras consagradas pelo *uti possidetis*, o princípio internacional que caracterizou o tratado de Madri de 1750².

Desse modo, a estratégia de instalação de fortes militares foi o fundamento para “o povoamento da Amazônia, uma vez que por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão”³.

Durante uma parcela significativa do período colonial, estendendo-se até o século XIX, tanto o Brasil quanto outros países da América do Sul, recorreram ao emprego de tropas indígenas em distintos confrontos. O êxito dessa estratégia esteve, em grande medida, associado à cooptação de lideranças nativas, a exemplo do líder indígena potiguar Antônio Filipe Camarão, que, no século XVII, integrou as forças da Coroa portuguesa na luta contra os holandeses. Camarão é um dos heróis da Batalha de Guararapes (1648), considerada um marco na construção da identidade nacional e do EB^{4,5}.

A questão indígena foi tratada sob distintas perspectivas ao longo do tempo. Inicialmente, sob a condução dos missionários, prevaleceu uma postura etnocêntrica que classificava os povos indígenas como primitivos, portadores de atributos considerados indesejáveis, devendo, portanto, serem compelidos à mudança ao nosso estilo de vida⁶.

A perspectiva romântica concebia os indígenas como uma população imiscível, reforçando a criação de reservas entendidas como espaços de isolamento, destinados a

¹FERNANDES, Maria Luiza; GOMES FILHO, Gregório Ferreira. A expedição de Pedro Teixeira e a "descoberta" do Rio Branco. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2014.

²CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia: problemática geopolítica**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998, p. 14.

³BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005, p. 71.

⁴LOPES, J. A visibilidade do primeiro Camarão no processo de militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 16, n. 2, p. 133-152, 2011.

⁵GONDIM, A. M. de C. A Identidade nacional nas batalhas dos Guararapes. **Revista Fórum Identidades**, São Cristóvão, p. 189-204, 2020.

⁶RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**, 7. ed., Rio de Janeiro: Editora Global, 2017.

assegurar-lhes uma existência preservada de interferências externas, partindo do pressuposto de que a expansão da sociedade brasileira sobre as Terras Indígenas (TI) seria inexorável. A perspectiva absenteísta sustentava a inevitabilidade da gradual desintegração das culturas tribais, defendendo que essas deveriam ser tratadas de forma análoga às camadas sociais economicamente desfavorecidas⁷.

Todavia, a Carta Magna de 1988⁸ buscou romper o tradicionalismo etnocêntrico e absenteísta, de modo que a cooperação adquiriu protagonismo frente ao integracionismo, salvaguardando os direitos dos povos indígenas⁹. Nesse contexto, o EB tem ampliado o apoio e a participação em ações que busquem promover melhores condições de vida às comunidades indígenas da Amazônia, respeitando seus hábitos, costumes e tradições¹⁰.

Por representarem parcela significativa da população residente na estratégica região da fronteira norte, atualmente, muitos indígenas são incorporados ao EB para a prestação do serviço militar. Dessa forma, compõem a maior parte do efetivo das Organizações Militares (OM) localizadas na região, contribuindo com seus conhecimentos tradicionais e integrando elementos de suas culturas ao cotidiano castrense.

Assim, além do mero imaginário militar, como alguns pesquisadores acadêmicos têm apregoado, atualmente somente as FA possuem as capacidades operacionais e logísticas (meios aéreos, terrestres e fluviais e efetivo) necessárias para atuar na vasta região Amazônica.

Diante dessa breve introdução, observa-se que o Estado brasileiro herdou de seus antepassados territórios com dimensões imensas, a exemplo da Amazônia, o que determinou aos seus govenantes estabelecerem políticas e estratégias visando preservar esse território, demandando controle e presença física.

O Exército Brasileiro E As Comunidades Indígenas: Uma Cooperação Mútua Na Integração Da Amazônia

As concepções e a orientação das ações das Forças Armadas (FA) no século XX, no que se refere aos povos indígenas da Amazônia, foram significativamente influenciadas pela atuação do Marechal Rondon e, posteriormente, pelas iniciativas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que se transformou em Fundação Nacional do Índio (Funai) e que, no ano de

⁷ OLIVEIRA, Douglas Esteves, SPADER, Ricardo, GOMES, Carlos Patrick Barboza. O Impacto das Terras Indígenas na Política Nacional de Defesa. *Revista de Geopolítica*, v. 14, nº 3, p. 1-16, jul./set. 2023.

⁸ BRASIL. *Constituição da República Federal do Brasil*, 1988.

⁹ OLIVEIRA et al., *Op. Cit.*

¹⁰ SILVA, M. V. G. Comando Militar da Amazônia: o vetor da relação entre o Exército Brasileiro e os Povos Originários na Amazônia Ocidental. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 8, nº 1, 2024, pp. 1-17.

2023, passou a ser nominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas. O pensamento de Rondon é lembrado por Franchi¹¹ ao descrever:

Que é o Índio? Neste particular, permito-me o prazer de transmitir a opinião do Serviço de Proteção ao Índio pela sua ardorosa diretoria: ‘A preciosidade maior que encontramos na marcha para o Oeste,’ E essa preciosidade, continua ela percorrendo, vem das grandes qualidades que a sua incorporação trará ao povo brasileiro.

A perspectiva de Rondon teve um impacto significativo no modo como o EB executava seu papel frente às populações indígenas. Contudo, é notório que, mesmo com essa influência, relatos de conflitos ou incidentes envolvendo membros do Exército e nativos persistiram até o início da década de 1970.

Franchi¹² cita um incidente envolvendo um operário do 9º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) registrado durante as etapas iniciais da construção da rodovia Cuiabá-Santarém, ao ser atingido por uma flecha lançada por indígenas da etnia Krenakore. Nas semanas seguintes, com o auxílio dos irmãos Villas Bôas, foram estabelecidas as primeiras interações pacíficas com esses grupos indígenas. Essa mediação viabilizou a continuidade da construção sem que tivessem sido registrados novos incidentes ou conflitos¹³. Mais adiante, durante o período do governo militar, os BEC seriam os responsáveis pela abertura de rodovias de integração na região amazônica, dentre elas a BR-174, BR-319, BR-230, além de outras, intensificando o contato com as comunidades indígenas.

A orientação estabelecida por Rondon, mantida e institucionalizada pelo SPI e, mais tarde, pela Funai, “contribuiu para a edificação de uma postura das FA que visava integrar os indígenas à sociedade, e não exterminá-los”¹⁴. O autor ainda afirma que “o principal pensador e articulador dessa política foi o Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon que, alicerçado nos pressupostos positivistas de Augusto Conte, propôs uma ação indigenista para integrar as populações indígenas à sociedade nacional”. O trabalho do Marechal é mencionado por Ribeiro¹⁵ ao descrever que

¹¹Rondon (1942) *apud* FRANCHI, Tássio. Medo e Miscigenação: a visão dos povos da floresta nos relatos dos militares brasileiros no século XX. **Revista Silva: humanidades em Ciências Militares**, n. 1, 2017, pp. 48-65, p. 50.

¹²*Ibidem*, 2013.

¹³VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A marcha para o oeste**: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 672 p.

¹⁴Bigio (2003) *apud* FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical**: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2013, p. 235.

¹⁵RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno, 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 136.

Mesmo os missionários mais piedosos que evangelizaram os índios do Brasil quinhentista jamais abriram mão do braço secular. Ao contrário, sempre apelaram para ele como único caminho para subjugação do gentio, condição para sua catequese. Em Rondon, era o próprio braço secular, era o próprio Exército que, em marcha pelos territórios indígenas, abria mão de sua força para se tornar ternura e compreensão. Por isso sua legenda – MORRER, SE PRECISO FOR, MATAR, NUNCA é, também, o ponto mais alto do humanismo brasileiro.

As ações de Rondon nas comunidades indígenas da Amazônia demonstraram que¹⁶

[...] o contato era possível não somente se respeitando a cultura local, mas também se prestando uma assistência efetiva, sem interesses que determinassem a subjugação do autóctone. Seus exemplos de coragem e de humanismo, conquistaram corações e mentes de índios e não índios, que a cada dia o seguiram com mais afínco e com mudança de atitude.

Nota-se que durante o processo de integração das áreas da Amazônia ao território nacional, o contato com as populações indígenas foi inevitável e o legado de Rondon perpetuou-se, tendo sido herdado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. “Os órgãos indigenistas trabalhavam no sentido de amenizar o impacto do processo civilizatório, considerado um fato inevitável que, dia mais, dia menos, levaria à completa integração dos índios à nação brasileira”¹⁷.

Assim, as ideias defendidas por Rondon tiveram grande impacto na definição do papel tutelar que o Estado brasileiro assumiu em relação aos povos indígenas. “O legado de Rondon mantém-se influente porque a ideia de nação que ele acalentou nasceu de sua visão dos índios como **símbolos de brasilidade**”¹⁸.

A Miscigenação Das Raças Na Formação Do Povo Amazônida

A relação entre o EB e os indígenas remontam o ano de 1648, data que a capitania de Pernambuco testemunhou o acontecimento instituidor de nossa nacionalidade — a Primeira Batalha dos Guararapes. Brigolini¹⁹ diz que

Dessa união de todos os brasileiros, unidos pelo sentimento de pertencimento à terra e pela necessidade de proteger suas famílias e riquezas, constituía-se uma Nação. As tropas brasileiras foram comandadas por Francisco Barreto de Menezes e seus grupamentos, **lideradas por Felipe Camarão — índio que liderou o flanco direito dos Montes**

¹⁶MATOS, Sergio Ricardo Reis; SILVA, Maria Emília Barcellos. A Variação Linguística na Interlocução entre Grupos Indígenas e Frações do Exército Brasileiro. **Educação em Destaque**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2009, p. 30.

¹⁷MONTEIRO, John. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. (Orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MA; Rio de Janeiro: Unesco, 1995, p. 222-223.

¹⁸Daicon (2006) *apud* FRANCHI, Tássio, 2013, p. 237.

¹⁹Brigolini (2022) *apud* SILVA, M. V. G., *Op. Cit.*, 2024.

Guararapes; Henrique Dias – escravo negro que liderou o flanco esquerdo dos Montes Guararapes; João Fernandes Vieira – militar branco e senhor de engenho que liderou as tropas no centro entre os montes; Antônio Dias Cardoso – militar branco que liderou a linha de frente das tropas; e André Vidal de Negreiros – militar que liderou as tropas reservas na retaguarda.

Para Barreto²⁰ há uma crença no meio militar de que a mistura de raças na Amazônia é um elemento-chave na constituição do povo brasileiro. Assim,

[...] é preciso redescobrir o Brasil, o Brasil do século XXI, quinhentos anos depois de Cabral. Com um povo de brancos, negros e índios, todos misturados e unidos pelo mesmo sonho de grandeza. Um povo simples, generoso e nobre. Inteligente, destemido e forte. Capaz de sacrifícios e milagres.

O processo de miscigenação na região tem suas raízes no modelo de ação que Portugal desenvolveu no século XVIII, servindo como uma ferramenta para consolidar seu domínio. O estímulo para que pessoas de fora migrassem para a região e a povoassem tinha um propósito duplo: ocupar o território e, ao mesmo tempo, promover a miscigenação desses recém-chegados com os habitantes locais²¹.

A fim de ilustrar essa assertiva, o Coronel Moacyr Barcellos Potyguara descreve um casamento ocorrido no ano de 1967, pelos olhos do Tenente Schultz, recém-chegado do sul do país e que passava seu primeiro dia no Pelotão Especial de Fronteira (PEF). O casamento envolvendo dois militares e quatro civis foi assim descrito por Potyguara²².

É isso que faz a grandeza deste país. Um crioulo (*sic*), baiano, casa com uma cabocla, um caboclo com uma índia e um branco com uma cabocla. Todos ficarão aqui e terão filhos... assim vai-se construindo uma pátria (...).

Era vital promover a ideia de que a miscigenação e a contribuição dos migrantes eram necessárias para a formação populacional. Isso não apenas impulsionava o desenvolvimento da região, mas principalmente garantia a soberania da terra, neutralizando as preocupações com a cobiça internacional sobre a Amazônia. A miscigenação conecta-se com a percepção de que a Amazônia é uma região isolada e vazia do ponto de vista demográfico, o que suscitava respostas no sentido de integrar e povoar a região como garantia inclusive de ratificar a posse efetiva sobre ela²³. No mesmo sentido,

²⁰Barreto (1995) *apud* FRANCHI, Tássio, 2013, p. 238.

²¹BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: América Latina Colonial, vol. 1, Editora da Universidade de São Paulo, 2ª edição, 2021.

²²Potyguara (2006) *apud* ALMEIDA, Charles Paulo Araújo de. **Estudo sobre a reestruturação dos pelotões especiais de fronteira no âmbito do Comando Militar da Amazônia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022, 57 f., p. 16.

²³FRANCHI, Tássio, *Op. Cit.*, 2013.

[...] Essa noção de esvaziamento dos sertões, tão cara aos viajantes do século XIX, é utilizada por ele até o fim do século XX, por exemplo, quando argumenta em favor da construção da Transamazônica e do abasileiramento dos índios²⁴.

Assim, o aumento do efetivo na região Amazônica com a implantação de novas OM, inclusive com a criação de Brigadas inteiras, possibilitou o maior contato com os nativos, tanto no cotidiano das vilas e operações, quanto eventualmente na incorporação à tropa²⁵.

O Relacionamento Do Exército Brasileiro Com As Comunidades Indígenas

No ano de 2023, o EB publicou a Portaria Nº 946, de 16 de janeiro²⁶, com a finalidade de orientar as atividades a serem desenvolvidas e os procedimentos a serem adotados no relacionamento com as comunidades indígenas. Essa Diretriz delineia as seguintes premissas:

- a. O Exército Brasileiro mantém, historicamente, um excelente relacionamento com as comunidades indígenas, parcela importante da população brasileira, tendo como paradigma a atuação do Marechal Rondon.
- b. A cooperação mútua com as comunidades indígenas insere-se na própria formação do Exército Brasileiro. Brancos, pretos e indígenas lutaram juntos, em Guararapes, pela libertação da terra, pela primeira vez identificada como Pátria.
- c. É de interesse da Força Terrestre manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, como instrumento da estratégia da presença.
- d. Proteger e valorizar a cultura indígena preserva o patrimônio histórico cultural do Brasil e do Exército.

Ainda, essa mesma diretriz²⁷ revela

[...] a importância de **todos os militares, especialmente aqueles que terão contato direto com as comunidades indígenas, conheçam e respeitem seus hábitos, seus costumes e tradições**, de forma a tornar harmônica e proveitosa para a Força Terrestre a convivência com os indígenas em todo território nacional.

Observa-se que para o EB os indígenas são nativos da terra e lhes são reconhecidos os costumes, sua organização social, a língua, as crenças e as tradições. Ao mesmo tempo, a normativa²⁸ delegou aos Comandos Militares de Aérea (C Mil A) a seguinte atribuição

²⁴Freyre (1987) *apud* PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, 2009, p. 153. DOI: 10.5216/sec.v12i1.3170. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/3170>. Acesso em: 7 out. 2025.

²⁵CASTRO, Celso. **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²⁶BRASIL. Portaria EME/C Ex Nº 946, de 16 de janeiro de 2023. **Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas** (EB20-D- 07.095), 2023, p. 6.

²⁷*Idem*.

²⁸*Ibidem*, p. 8-9.

[...] Quando da seleção para o serviço militar inicial, atentar para a **relevância da incorporação de jovens oriundos das comunidades indígenas**, desde que voluntários e aprovados no processo de seleção [...].

Essas medidas têm o objetivo de mitigar o déficit de segurança regional, complementando a estratégia da presença na Amazônia, principalmente na faixa de fronteira, visto que o EB vê o indígena como soldado excepcional em razão de deter os conhecimentos necessários à sobrevivência na selva²⁹. A Carta Magna brasileira³⁰, em seu artigo 20, parágrafo 2º, define que a Faixa de Fronteira, com seus 150 km de largura, é uma área fundamental para a defesa do território nacional. Conforme a Política Nacional de Defesa³¹, “do ponto de vista da Defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, **deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul**”.

Destarte, a ocupação da faixa de fronteira é uma necessidade de segurança, sendo que as ameaças manifestadas na Amazônia Ocidental (AMOC) são agravadas pela presença deficitária do Estado naquela região, dada a sua extensão territorial. Há pontos convergentes de interesse no relacionamento entre militares e indígenas, que determinam a coexistência pacífica e a cooperação mútua, conforme se observa a seguir:

- segurança da população local, especificamente em questões sensíveis como o combate aos ilícitos transnacionais (sobretudo, o narcotráfico) [...] dentre outros problemas de segurança que afligem as comunidades indígenas;
- proteção ao meio ambiente, como o combate à extração ilegal de madeira, à existência de garimpos clandestinos e outras formas de degradação ambiental em terras indígenas (TI); proteção do conhecimento tradicional indígena;
- proteção das etnorregiões, particularmente aquelas localizadas sobre o arco fronteiriço norte³².

Assim, para as frações do EB cumprirem suas missões em ambientes de peculiar diversidade cultural, é necessário um meticuloso estudo sobre suas particularidades e tradições. Nesse aspecto, a Doutrina do Exército Americano sublinha que mesmo atuando em uma simples tribo, cada soldado deve compreender a organização dessa sociedade; as relações e as tensões entre os grupos existentes; as ideologias, os valores e as motivações

²⁹OLIVEIRA, Douglas Esteves et al., *Op. Cit.*

³⁰BRASIL, 1988, *Op. Cit.*

³¹BRASIL. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, 2020, p. 13.

³²VISACRO, A. *Inteligência cultural e temática indígena: perspectivas para a defesa da Amazônia*. Manaus, 2007, p. 30.

desses grupos; bem como os fatores para a comunicação efetiva³³.

O Comando Militar Da Amazônia E Os Soldados Indígenas

O Comando Militar da Amazônia (CMA) foi criado em 27 de outubro de 1956, pelo Decreto nº 40.179, de 1956³⁴, com sede em Belém, Pará. Em 17 de abril de 1969, o Decreto nº 64.366³⁵ transferiu a sede da CMA para Manaus, atribuindo-lhe jurisdição militar sobre os estados da AMOC (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima).

Ao longo dos seus 69 anos de existência, o CMA buscou equilibrar seu papel de “braço forte”, principalmente por meio de ações baseadas no Artigo 142 da CF/1988³⁶: defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais e manutenção da lei e da ordem. Simultaneamente, a instituição estende sua “mão amiga” em apoio à população amazônica e indígenas em situações de calamidades públicas, emergências sociais e campanhas de saúde pública, dentre outras, no âmbito da Lei Complementar 97/1999³⁷.

O CMA é responsável pela defesa e proteção de aproximadamente 25% do território nacional, cobrindo 9.925 quilômetros de fronteiras terrestres compartilhadas com a República da Guiana (964 km), Venezuela (2.199 km), Colômbia (1.644 km), Peru (2.995 km) e Bolívia (2.123 km) e, em conjunto com o Comando Militar do Norte (CMN), protege a Floresta Amazônica, maior biodiversidade do planeta³⁸. No Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena brasileira era de

[...] 1.693.535 pessoas, correspondendo a 0,83% da população total. A Região Norte destaca-se por concentrar 44,48% da população indígena do País, com 753.780 habitantes. A Região Nordeste concentra 31,22% (529.128), seguida da Região Centro-Oeste, com 11,80% (200.153), da Região Sudeste, com 7,34% (124.434) e da Região Sul, com 5,21% (88.341)³⁹.

Os estados do Amazonas (490,9 mil) e Bahia (229,1 mil) possuem o maior número de pessoas indígenas e concentram 42,51% do total dessa população no país. Em 2022,

³³MATOS, Sérgio Ricardo Reis; MATOS, Sheila Cristina Monteiro. Grupos Indígenas e Militares: um levantamento sobre a variação linguística na interlocução entre esses grupos em regiões de fronteira na Amazônia. *Rev. UNIFA*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 30, p. 28-39, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.22480/revunifa.2012.25.689>

³⁴BRASIL. Decreto nº 40.179, de 27 de outubro de 1956. *Cria o Comando Militar da Amazônia*, 1956.

³⁵*Idem*. Decreto Nº 64.366, de 17 de abril de 1969. *Transfere a sede do Comando Militar da Amazônia, cria 12ª Região Militar e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64366-17-abril-1969-405722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 nov. 2025.

³⁶*Idem*. *Op. Cit.*, 1988.

³⁷*Idem*. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*, 1999.

³⁸SILVA, M. V. G. Army Present, Amazon Protected: The Strategic Role of the Amazon Military Command in Environmental Protection. *Mundo Amazônico*, v. 16, n. 2, p. 4. DOI: <https://doi.org/10.15446/ma.v16n2.114203>

³⁹SILVA, M. V. G., *Op. Cit.*, 2024.

Manaus era o município brasileiro com maior número de pessoas indígenas, com 71,7 mil, seguida de São Gabriel da Cachoeira/AM, com 48,3 mil habitantes indígenas, e Tabatinga/AM, com 34,5 mil.

A Terra Indígena Yanomami (TIY), localizada nos estados do Amazonas e Roraima era a que tinha o maior número de pessoas indígenas (27.152), seguida pela Raposa Serra do Sol (RR), com 26.176 habitantes indígenas, e pela Évare I (AM), com 20.177 (IBGE, 2025)⁴⁰. Na área de atuação do CMA há 641.026 mil indígenas, distribuídos nos estados da AMOC conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - População Indígena na Amazônia Ocidental

Unidade da Federação	População Estadual	População Indígena	% da população indígena em relação à população
Acre	830.018	31.699	3,82
Amazonas	3.941.613	490.854	12,77
Rondônia	1.581.196	21.153	1,34
Roraima	636.707	97.320	15,28

Fonte: IBGE (2025).

Na pérgula⁴¹ do Quartel-General do CMA, localizado em Manaus, estado do Amazonas, há três estátuas de bronze (Figura 1). A **onça-pintada** simboliza a biodiversidade da amazônia e o desafio e o compromisso dos militares em protegê-la. O **soldado** representa a missão do CMA, consubstanciada na defesa das fronteiras, na garantia da integridade territorial e na salvaguarda dos interesses nacionais na região. O **indígena** representa o conhecimento secular dos povos originários sobre a floresta e a sua capacidade de adaptação e sobrevivência no bioma amazônico. Sua presença, ao lado do soldado, em posição de combate, demonstra a convergência de sinergia e forças tradicionais na defesa do território.

⁴⁰IBGE. Os indígenas no Censo 2022, 2025. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/22324-os-indigenas-no-censo-2022.html>. Acesso em: 08 out. 2025.

⁴¹Estrutura formada por vigas espaçadas, que se assentam em pilares, construída na parte externa de um edifício. (Michaelis, 2025).

Figura 1 - Estátuas de Bronze (Pérgula CMA).



Nessa perspectiva, uma das vocações estratégicas do CMA⁴² abarca o apoio e o respeito aos povos originários, por meio do qual tem buscado ampliar as Ações Cívico-Sociais (ACISO) a fim de promover melhores condições de vida às comunidades indígenas da Amazônia. O Comando de Operações Terrestres (COTER)⁴³ conceitua Ação Cívico-Social (ACISO) como

[...] o conjunto de atividades de caráter episódico ou programado de assistência e auxílio a comunidades, desenvolvendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior. Tem o objetivo de resolver problemas imediatos e prementes (além da natureza assistencial e, às vezes, de socorro às populações), e se insere como assunto civil.

Nos últimos anos, a presença do CMA nas comunidades indígenas, situadas na faixa de fronteira da Amazônia, intensificou-se por meio da instalação de Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Os PEF são uma solução genuinamente brasileira para as áreas fronteiriças de baixa densidade populacional existentes, tendo como lema a tríade – Vida, Combate e Trabalho. As fronteiras são locais que necessitam de atenção

[...] na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes⁴⁴.

Desse modo, “o ator estatal mais presente na Região é aquele representado pelas Forças Armadas, mais precisamente pelo Exército Brasileiro” por meio de suas unidades,

⁴²CMA. Comando Militar da Amazônia. **Vocações Estratégicas**. Disponível em: <https://nee.cma.eb.mil.br/voca%C3%A7%C3%B5es-estrat%C3%A9gicas-do-cma.html>. Acesso em: 4 nov. 2025.

⁴³COTER. **Caderno de Instrução Ação Cívico - Social (ACISO)**, 1ª Ed., 2009, p. 2-1. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/830/5/CI%2045-01_ACISO.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

⁴⁴BRASIL, *Op. Cit.*, 2020, p. 8.

principalmente, pela presença dos pelotões de fronteira, verdadeiros pontos imersos na vastidão verde⁴⁵.

Logo, o governo militar deu origem

[...] Esta ação para ser bem-sucedida, não necessitaria apenas da instalação de **Pelotões de Fronteira**. Gente, muita gente deveria ser estimulada a vir para o Norte, pois, só assim o patrimônio territorial poderia ser assegurado. Para isto, os projetos de colonização constituíram na principal propaganda governamental⁴⁶.

Compostos principalmente por soldados de origem indígena, os PEF, muitos deles localizados em áreas remotas, são bases operacionais do EB que visam proteger e vivificar as fronteiras na AMOC. Nesse contexto, “a noção de vivificação das fronteiras é um modelo de controle estatal com o objetivo de inserir populações extemporâneas à região”⁴⁷.

Ao corroborar essa assertiva, Rosa⁴⁸ descreve que “a faixa de fronteira do nosso território deve ser vivificada, preservando nela a capacidade de ação do Estado, a integridade do território nacional e também a integração ordenada e positiva com os países vizinhos. Assim, a “política e estratégia militar para a Amazônia deve responder a uma atitude defensiva de cobertura, vigilante, com capacidade de pronta resposta”⁴⁹. Os PEF visam estimular o relacionamento com os povos indígenas, como elemento de socialização e inclusão⁵⁰. No CMA, atualmente há 23 PEF e um Destacamento Especial de Fronteira (DEF), sendo que esse último foi inaugurado no mês de janeiro de 2025, localizado em Waikás, estado de Roraima, interior das TIY.

No Brasil há 391 etnias indígenas⁵¹, sendo que na AMOC encontram-se assim distribuídas: Acre – 80, Amazonas – 259, Rondônia – 180 e Roraima – 117, sendo que muitas delas encontram-se presentes em mais de um estado brasileiro. Em levantamento realizado nesse estudo, apurou-se que no ano de 2025, 1.169 militares indígenas servem nas OM subordinadas ao CMA, pertencentes à 42 etnias diferentes (Tabela 2).

⁴⁵Nascimento (2008) *apud* ESTEVES, F. C. **Os Pelotões Especiais de Fronteira da Amazônia como Vetores Estratégicos para a Política Nacional de Fronteiras**. Monografia. (Especialista em Altos Estudos em Defesa), Escola Superior de Defesa, Brasília, 2024, p. 6.

⁴⁶NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 58.

⁴⁷Mattos (2011) *apud* ARAÚJO, Nelcionei José de Souza Araújo; SANTOS, Marcos Carvalho dos. A Noção de Vazio Demográfico na Política Nacional de Defesa (1996-2020). **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 8, n. 4, jul. 2024, p. 10.

⁴⁸ROSA, Fernando Henrique P. A Política Indigenista: a utilização das terras indígenas (TI) no contexto da defesa nacional, em especial a faixa de fronteira. **R. Esc. Sup. Guer.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 43, jan./dez. 2004, p. 117.

⁴⁹ARAÚJO, Nelcionei José de Souza Araújo; SANTOS, Marcos Carvalho dos. *Op. Cit.*, p. 17.

⁵⁰DHENIN, Miguel; CORREA, Paulo Gustavo. Brazil’s grand border strategy: challenges of a new critical thinking in a modern. **Revista Brasileira de Estudos da Defesa**, vol. 4, nº 2, pp. 199-218, 2017.

⁵¹AGÊNCIA IBGE. **Censo 2022**: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em: 27 out. 2025.

Tabela 2 - Indígenas incorporados nas organizações militares do CMA (2025)

GU	ETNIAS	QUANTITATIVO DE MILITARES				
		OF	3º SGT	CB	SD NB	SD EV
1ª Bda	Makuxi	0	2	15	4	40
	Wapichana	0	0	1	2	3
	Taulipang	0	0	0	0	2
	Total	0	2	16	6	45
2ª Bda	Arapaço	0	0	1	2	0
	Baniwa	0	3	14	31	20
	Baré	1	12	74	221	73
	Dessano	0	5	6	18	15
	Koripako	0	1	6	10	6
	Kubeo	0	0	1	6	3
	Makuxi	0	0	1	0	0
	Mirity-Tapuya	0	0	2	0	0
	Munduruku	0	0	0	1	0
	Piratapuya	0	0	1	9	4
	Tariana	0	4	8	27	9
	Ticuna	0	0	0	1	0
	Tukano	0	6	26	59	42
	Tuyuca	0	1	2	13	3
	Wanana	0	0	3	5	2
	Wekerena	0	0	0	3	1
	Yanomami	0	0	1	11	5
	Total	1	32	146	417	183
16ª Bda	Kaichana	4	5	7	27	17
	Kambeba	3	4	6	26	16
	Kokama	1	2	4	24	14
	Marubo	2	3	5	25	15
	Ticuna	0	1	3	23	13
	Total	10	15	25	125	75
17ª Bda	Apolima Arara	0	0	0	0	1
	Apurinã	0	0	2	1	4
	Casionã	0	0	0	1	0
	Jaboti	0	0	0	1	1
	Karitiana	0	0	0	2	0
	Kaxinawá	0	0	3	11	2
	Kulina	0	0	0	0	1
	Makurap	0	0	0	2	1
	Nawá	0	1	1	0	0
	Oro Win	0	0	0	13	7
	Parintintin	0	0	2	1	0
	Puyanawa	0	0	0	2	1
	Sateré-Mawé	0	0	1	0	0
	Tenharim	0	0	0	1	0
	Torá	0	0	0	0	1
	Tupari	0	0	0	1	1
	Uru-Eu-Wau-Wau	0	0	0	0	2
	Wajuru	0	0	0	1	2
	Total	0	1	9	37	24

Fonte: dados de pesquisa (2025).

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, conta com o maior número de indígenas, correspondente a 779 militares (66,63% do efetivo total), sendo que a maioria pertence à etnia Baré, com 381 militares.

Conforme o Povos Indígenas no Brasil⁵²

O fluxo populacional das comunidades do interior do município em direção à sede de São Gabriel se caracteriza pela busca de complementação do estudo escolar, trabalho remunerado, **serviço militar** e proximidade do comércio com preços mais acessíveis que os praticados pelos regatões e barcos de comerciantes que se deslocam pelos rios.

Apesar de a história ter sido marcada pela violência e a exploração do trabalho extrativista pelos não-indígenas, atualmente o CMA vem buscando solidificar o relacionamento com as populações indígenas em sua área de responsabilidade. Esse esforço vem desde o **I Diálogos de Manaus**, realizado no ano de 2003, que teve o objetivo de ouvir as lideranças indígenas e conscientizar os militares sobre a necessidade de tornar harmônica e proveitosa a convivência com os povos originários⁵³.

No evento de 2003 foi elaborado um documento que deu origem à Portaria nº 20-EME, de 2 de abril de 2003⁵⁴, a qual consolidou as deliberações conjuntas realizadas, passando a servir de referência para o relacionamento cooperativo entre militares e indígenas, conforme prevê a Constituição Federal de 1988⁵⁵. A Portaria nº 20-EME, de 2 de abril de 2003⁵⁶ — atualizada pela Portaria Nº 946-EME, de 16 de janeiro de 2023⁵⁷, assinalou

[...] o fim de uma relação conflituosa entre militares e indígenas vivenciada durante a década de 1990 na área do CMA, decorrentes, sobretudo, da efetivação de direitos diferenciados dispensados aos indígenas na Constituição Federal de 1998, que gerou fricção com a potencialização da ocupação militar pós Guerra Fria, que ocorre na Amazônia brasileira naquele mesmo período⁵⁸.

Para celebrar os 22 anos, desde sua primeira edição, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl) e a 17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª Bda Inf Sl), ambas subordinadas ao CMA, organizaram no ano de 2025, o II Diálogo de Manaus, com o objetivo de dar voz às lideranças indígenas, localizadas nas áreas de atuação dessas Brigadas,

⁵²POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Quadro geral dos povos**, 2025, s.p. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 17 out. 2025.

⁵³FRANCHI, T.; PINHEIRO, J. B. S.; SANT'ANA JUNIOR, T. P. DE. Os Soldados Indígenas na Amazônia Brasileira: um retrato do Comando Militar da Amazônia. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 18, n. 61, p. i-x, 31 jan. 2024.

⁵⁴BRASIL. Portaria Nº 020-EME, de 02 de abril de 2003. **Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas**, 2003. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_020_eme_02abr2003.html. Acesso em: 11 jun. 2025.

⁵⁵FRANCHI, T.; PINHEIRO, J. B. S.; SANT'ANA JUNIOR, T. P. DE. *Op. Cit.*

⁵⁶BRASIL, *Op. Cit.*, 2003.

⁵⁷*Idem*, *Op. Cit.*, 2023.

⁵⁸FRANCHI, T.; PINHEIRO, J. B. S.; SANT'ANA JUNIOR, T. P. DE. *Op. Cit.*, p. 6.

e conhecer suas percepções acerca da atuação do EB e o relacionamento dos militares com os povos originários.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo tem natureza descritiva e abordagem qualitativa. Os dados primários consistem na análise da percepção das lideranças indígenas sobre a atuação do EB em seus territórios. Também foi realizada uma pesquisa documental com base em produções científicas, sítios governamentais e documentos especializados sobre o tema. A análise de conteúdo foi realizada por meio da leitura nos relatórios produzidos após o término dos eventos, utilizando-se a técnica de Bardin⁵⁹, e consistiu nas seguintes etapas: i) pré-análise; ii) categorização temática; e, iii) análise Interpretativa. Para Bardin⁶⁰ a análise de conteúdo consiste em um

[...] conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' [...] extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas [...] é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência.

O II Diálogos de Manaus foi realizado no âmbito da 1ª Bda Inf Sl, no município de Boa Vista, estado de Roraima, nos dias 14 de janeiro e 31 de março de 2025 e, na 17ª Bda Inf Sl, o evento ocorreu no dia 15 de abril de 2025, no município de Porto Velho, capital de Rondônia, ou seja, tempos e locais diferentes. Essas variáveis contribuem para a pesquisa a fim de determinar a universalidade dos resultados e se um fenômeno ou relação é consistente. Para Richardson⁶¹, "a validade externa refere-se à possibilidade de generalizar os resultados a outros grupos semelhantes".

A pré-análise consiste na primeira etapa da organização da análise de conteúdo. Nesta fase, as ideias são sistematizadas em quatro etapas, sendo: a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores. Neste trabalho foi realizada a leitura preliminar dos relatórios, o que permitiu identificar três núcleos de sentido mais recorrentes nos discursos.

A análise interpretativa destina-se à busca de significação de mensagens, por meio da análise reflexiva e crítica. E, por último, na categorização temática são identificados os elementos que consistem no desmembramento e posterior agrupamento ou reagrupamento

⁵⁹BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

⁶⁰*Idem*, *Ibidem*, p. 15.

⁶¹RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social - Métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999, p. 87.

das unidades de registro do texto⁶², sendo que neste estudo emergiram cinco categorias principais. A partir desse percurso metodológico, na seção seguinte são apresentados os resultados e realizada a discussão.

Resultados e Discussão

O II Diálogos de Manaus foi organizado com o intuito de promover o diálogo e a interação entre os participantes, conduzido de forma que as lideranças indígenas pudessem expressar livremente suas opiniões, apresentar demandas, compartilhar boas práticas e propor iniciativas conjuntas com o CMA. Conforme se observa na Tabela 3, houve uma significativa participação das lideranças indígenas no evento, representando várias associações e comunidades locais.

Tabela 3 - Lideranças indígenas participantes

Organização Militar	Lideranças	Associações
1ª Bda Inf SI (Boa Vista/RR)	Júnior Hekurari Yanomami	Presidente da URIHI Associação Yanomami.
	Maurício Tomé Rocha	Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami e Ye'kuana.
	Irisneide de Souza Silva	Presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima.
	Marcello Pereira Macuxi	Coordenador Geral da Associação dos Povos Indígenas da Terra de São Marcos.
	Júlio Yekuana	Presidente da Associação Wanasseduume Ye'kuana.
17ª Bda (Porto Velho/RO)	Isac Israel Gomes de Oliveira	Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena em Porto Velho - RO, da Etnia e Comunidade Wajuru.
	Gasodá Suruí	Superintendente Estadual do Indígena de Rondônia, da Terra Indígena Sete de Setembro, da Etnia Paiter Suruí.
	Edvandro Jaboti Soares	Coordenador Regional da FUNAI em Guajará-Mirim - RO, da Terra Indígena Guaporé, da Etnia Jaboti.
	Rubens Naraikoe Suruí	Coordenador Regional da FUNAI em Cacoal – RO (VC), da Etnia Paiter Suruí.
	Francisco da Silva Piyako	Coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) e membro do Conselho Nacional de Política Indígena (CNPI), da Etnia Ashaninka.
	Orlando Peres Kaxinawa	Cacique da Aldeia Minas Gerais, da Terra Indígena Alto Rio Purus, da Etnia Kaxinawa.
	Valderino Aruak	Cacique da Aldeia da Terra Indígena Igarapé Lage.
	Ivanildo Tenharim	Secretário de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Humaitá, da Terra Indígena Tenharin Marmelo, da Etnia Tenharin.
	Joel Joveliano Parintintin	Secretário da Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (OPIPAM), da Terra Indígena Nove de Janeiro, da Etnia Parintintin.

Fonte: Relatório – II Diálogo de Manaus (2025).

⁶²BARDIN, Laurence. *Op. Cit.*

Gersen Baniwa, indígena do povo Baniwa, filósofo, antropólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB) menciona que⁶³

[...] a educação e as políticas educacionais foram os pontos de partida para o processo de **construção das lideranças e depois as associações**, segundo ele, “**essa formação escolar capacitou uma geração de indígenas a criar e fortalecer organizações, fortalecer o movimento indígena**. Então exatamente a educação, a formação escolar dessa geração de indígenas teve muito a ver com essas duas questões que estão interligadas. A criação e o fortalecimento do movimento organizado e a conquista de demarcações de terras indígenas.

Há séculos o destino da Amazônia tem sido decidido à revelia, sem a necessária consulta a seus habitantes originários, dificultando a sua completa integração à sociedade civil, em virtude do desconhecimento da real situação e das aspirações desses habitantes, especialmente no que concerne a um modelo de desenvolvimento que considere e respeite seus modos de vida e cosmovisão⁶⁴.

Nesse ínterim, as lideranças indígenas exercem um papel de natureza multifacetada, que abrange a representação política e a atuação em prol da defesa dos direitos coletivos de seus povos, a salvaguarda e difusão das tradições culturais e dos saberes ancestrais, bem como a mediação entre a comunidade, as instituições externas e o Estado, a fim de assegurar o acesso a serviços essenciais, políticas públicas e ações em saúde que contemplem e respeitem suas particularidades socioculturais.

a. Pré-análise

Ao término do evento, os relatores da 1ª e 17ª Bda Inf Sl, previamente designados, elaboraram relatórios a fim de descrever as discussões realizadas. A leitura preliminar desses relatórios permitiu identificar três núcleos de sentido mais recorrentes, a seguir descritos:

1) Incorporação dos indígenas para prestação do serviço militar – As lideranças indígenas relataram que os jovens que vivem nas comunidades adjacentes aos PEF têm grande interesse em incorporar ao EB para prestarem o serviço militar. Isso representa um importante gesto de integração, pois a instituição valoriza os saberes tradicionais dos povos originários e reconhece que os soldados indígenas contribuem significativamente com a defesa do território.

⁶³VILAGELIM, Guilherme; FARIA, Ivani Ferreira de. Reflexões Anticoloniais Para Uma Geopolítica Dos Povos Amazônicos. In: ALEIXO, Natacha Cíntia Regina; DINIZ, Raphael Fernando; VIEIRA, Antonio Fábio Sabbá Guimarães (org.). **A Geografia Amazônica em Múltiplas Escalas**, v. 3, 252 p. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2023, p. 82.

⁶⁴Aragón (2013) *apud* ARAÚJO, Nelcionei José de Souza Araújo; SANTOS, Marcos Carvalho dos. *Op. Cit.*

2) Convívio entre militares e indígenas nos Pelotões Especiais de Fronteira – As lideranças apontaram que a convivência entre os militares dos PEF e as comunidades indígenas é pautada por uma relação de confiança e cooperação. Tanto os militares quanto os indígenas compartilham o mesmo espaço geográfico, e muitas vezes, os mesmos desafios da região amazônica, sendo necessária a soma de esforços e apoio mútuo para mitigar determinados problemas. Em alguns PEF, a energia elétrica gerada também é fornecida às comunidades.

3) A cooperação dos povos originários com a proteção da Amazônia – O EB considera os povos originários “guardiões da floresta”, os quais têm papel estratégico na proteção da Amazônia, especialmente nas áreas de fronteira. Com o profundo conhecimento do ambiente, das rotas e as dinâmicas da região, os indígenas são aliados naturais na vigilância e no monitoramento de ações ilícitas. Essa cooperação contribui tanto para a segurança quanto para preservação da biodiversidade.

b. Categorização temática

Nesta etapa da pesquisa, procedeu-se à identificação dos elementos constitutivos de uma analogia significativa, a partir da análise sistemática dos relatórios examinados. Como resultado desse processo interpretativo, emergiram cinco categorias centrais, que permitem compreender as dinâmicas estabelecidas entre o EB e os povos indígenas no contexto estudado.

A primeira categoria refere-se à integração militar-indígena, evidenciada pelo interesse manifestado por jovens indígenas em ingressar e servir no EB, o que aponta para formas de aproximação institucional e social entre as comunidades indígenas. No estudo de Brandão⁶⁵, o autor aponta que ao completarem 18 anos de idade esses jovens são atraídos para prestar o serviço militar pela remuneração e *status*. Todavia, em sua maioria, não atendem aos requisitos exigidos para a incorporação, como a baixa escolaridade e estatura⁶⁶.

A segunda categoria diz respeito à convivência nos PEF, caracterizada por relações pautadas na confiança e na cooperação cotidiana entre militares e indígenas, elementos fundamentais para a manutenção da presença do Estado em áreas remotas. Essa premissa é constatada na ampla adesão de lideranças indígenas ao II Diálogos de Manaus, conforme exposto anteriormente.

⁶⁵BRANDÃO, Rafael Lopes. *O recrutamento de indígenas para a prestação do serviço militar inicial obrigatório no Comando Militar da Amazônia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023, 41 p.

⁶⁶*Idem, Ibidem.*

Uma outra categoria destaca o papel dos povos indígenas na faixa de fronteira, cuja presença e conhecimento do ambiente contribuem de maneira expressiva para as ações de vigilância, consideradas estratégicas para a defesa do território. Algumas iniciativas têm buscado fortalecer a vigilância participativa das comunidades indígenas, conforme relata o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime⁶⁷. Em novembro de 2025, lideranças da Bacia do Kayapó, no estado do Mato Grosso, representadas pelo Instituto Raoni, e o *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), organizaram uma oficina intitulada “*Estruturação de Sistema de Vigilância Participativa para a Prevenção de Crimes Ambientais e Proteção Territorial Indígena*”, a qual teve o objetivo de capacitar as comunidades indígenas na identificação, registro e resposta a crimes ambientais, aliando conhecimento tradicional e ferramentas tecnológicas. As atividades, realizadas de forma prática, destacaram o uso de um aplicativo de monitoramento do UNODC, onde líderes indígenas aprenderam a coletar e validar dados no local. Como resultado, as lideranças, com o suporte técnico do UNODC, personalizaram a ferramenta para a sua realidade, inclusive traduzindo a interface para a língua Kayapó. A ação representou um progresso significativo na capacidade das comunidades locais de monitorar o seu território e combater crimes ambientais⁶⁸.

A quarta categoria contempla o apoio do EB em situações de vulnerabilidade, evidenciado pelas ações subsidiárias em contextos de crises climáticas, bem como no apoio aos indígenas nas áreas de saúde e logística, especialmente em regiões de difícil acesso. No EB, o conceito de proteção busca alcançar “às populações amazônicas (indígenas ou não), ao meio ambiente, às riquezas naturais e às estruturas estratégicas terrestres, aumentando o escopo da consecução da presença militar”⁶⁹.

Por fim, a quinta categoria trata dos desafios relacionados à comunicação, ressaltando-se as barreiras decorrentes das diferenças linguísticas e culturais, além da necessidade de estabelecer canais permanentes e institucionalizados de diálogo entre as comunidades indígenas e as organizações militares, como forma de fortalecer a cooperação e a compreensão mútua.

⁶⁷ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME NO BRASIL. **UNODC Brasil fortalece sistemas de vigilância participativa em territórios indígenas**. Disponível em: <https://www.unodc.org/cofrb/pt/noticias/2026/01/unodc-brasil-fortalece-sistemas-de-vigilancia-participativa-em-territorios-indigenas.html#:~:text=Capacita%C3%A7%C3%A3o%20T%C3%A9cnica%20junto%20ao%20Povo,meio%20ambiente%20C%20visite%20nosso%20site>. Acesso em: 16 jan. 2026.

⁶⁸*Idem*, *Ibidem*.

⁶⁹MORAES, Carlos Henrique Arantes de. **A influência da estratégia da presença militar para a atual ocupação da Faixa de Fronteira da região da amazônica brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021, p. 21.

c. Análise interpretativa

Esta fase é destinada à busca de significação de mensagens, por meio da análise reflexiva e crítica⁷⁰. Nessa baila, a relação entre o EB e os povos indígenas na AMOC é paradoxal e multifacetada. Por um lado, há a cooperação estratégica e reconhecimento do papel indígena na defesa e preservação da Amazônia, por outro, permanecem alguns desafios, como a da comunicação linguística, o apoio logístico e as assimetrias socioculturais.

A incorporação de indígenas ao serviço militar e o reconhecimento de seu saber tradicional sinalizam um movimento de valorização das comunidades locais, e são vistas não apenas como beneficiárias, mas como agentes estratégicos na proteção da Amazônia e da preservação ambiental. É importante salientar que, para o indígena, o serviço militar não é obrigatório, mas sim voluntário. Para o indígena, o período de um até oito anos que podem permanecer como soldados ou cabos é o seu primeiro emprego com carteira assinada e um salário, geralmente maior que a média das pequenas e médias cidades amazônicas⁷¹.

É oportuno ressaltar que ainda que o EB cumpra um papel relevante na proteção e apoio aos povos originários, as ações são compartilhadas com outros órgãos do Estado, tendo cada um atribuições específicas, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/Ministério da Saúde), os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de outros de igual importância.

Conforme a percepção das lideranças indígenas nos eventos realizados em Boa Vista/RR e Porto Velho/RO, a presença dos militares em áreas remotas da Amazônia, implicou em uma convivência cotidiana que proporcionou alguns benefícios, como o apoio em saúde, transporte e segurança alimentar, especialmente em contextos de situações de vulnerabilidade.

No campo estratégico, a presença do EB na AMOC vinculada à defesa da soberania e o controle de fronteiras, em uma região caracterizada por vastas extensões de floresta, reforça a importância do relacionamento com as comunidades indígenas, considerados parceiros indissociáveis na vigilância territorial. Sob tais condições “a Amazônia é uma prioridade, pelo seu potencial de riquezas minerais e biodiversidade. Para isso, a vivificação

⁷⁰BARDIN, Laurence, *Op. Cit.*

⁷¹MORAES, Carlos Henrique Arantes de; FRANCHI, Tássio; ROCHA, Marcos Menezes da. Quais os reflexos socioeconômicos da presença de uma organização militar nos municípios da faixa de fronteira? **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 61, 2024, p. 39.

das fronteiras, a proteção ao meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e integração amazônica”⁷².

As comunidades tradicionais da Amazônia, constituídas por indígenas e ribeirinhos, enfrentam graves problemas decorrentes da precariedade de infraestrutura, da ausência de serviços essenciais e das incessantes ameaças territoriais, de modo que tais condições socioeconômicas constituem em barreiras estruturais que demandam o apoio incondicional do EB. Em muitos municípios, os rios são a única via de acesso e, em grande parte, o transporte fluvial deve ser combinado com o modal aéreo, para que as demandas de deslocamento sejam atendidas, sendo que no contexto das mudanças climáticas, o agravamento das secas constitui-se em uma nova situação de isolamento.

Desse modo, os PEF localizados próximos às comunidades indígenas constituem em destacamentos avançados do EB que funcionam como vetores de vivificação da faixa de fronteira na região amazônica e que materializam a presença física do Estado brasileiro.

Considerações finais

Conforme visto, o passado e o presente do EB na AMOC demonstram a evolução de uma abordagem essencialmente militar para uma atuação mais integrada e cooperativa com os povos indígenas, destacando que sua presença, por meio das operações e ações subsidiárias do CMA, tem o escopo de assegurar a paz, a soberania e prestar o apoio aos povos originários.

O crescente interesse internacional pela Amazônia, devido à sua rica biodiversidade, potencial energético e reservas minerais estratégicas (terras raras), tem exigido a atuação permanente do CMA em operações conjuntas com órgãos governamentais federais e estaduais, a fim de controlar ou mitigar o avanço do desmatamento, da grilagem e da extração ilegal de metais preciosos em terras indígenas.

Os PEF, presenças permanentes na faixa de fronteira, são estruturas que representam de forma concreta o Estado nacional na Amazônia. Sob a tríade – Vida, Combate e Trabalho, os militares que servem nesses destacamentos atuam sob as estratégias da presença e dissuasão, onde a ocupação física do território é considerada fator de segurança e integração.

Os jovens indígenas, ao incorporarem nas fileiras do EB e servirem nos PEF, além de fortalecerem o vínculo entre as comunidades locais e os militares que servem naquelas

⁷²GUIMARÃES FILHO, Rezende. O Sistema de Defesa da Amazônia e a fronteira. In: PEGO, Bolívar et al. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco norte**. Rio de Janeiro: IPEA, vol. 3, 2018, p. 38.

unidades, robustecem as atividades e as operações militares em razão de seus conhecimentos sobre a região e suas tradições.

Nesse contexto, o Diálogo de Manaus, ao dar voz às lideranças indígenas, fornece relevantes subsídios ao CMA para a formulação de estratégias colaborativas, permitindo identificar áreas de convergência e de melhoria, a fim de promover uma atuação integrada, respeitosa e eficaz na proteção da Amazônia e de seus povos.

Recebido em 22 de janeiro de 2026.

Aceito em 18 de maio de 2026.